



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL

Aos 03 dias do mês de março de 2020, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Discussão e votação das grelhas de tempos para as audições do Governo, regimentais e a requerimento;
2. Audição da Ministra da Saúde, requerida pelo PSD, pelo PCP e pelo BE, respetivamente, «a propósito da degradação das condições de funcionamento dos hospitais do SNS, como por exemplo na urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta», «sobre o encerramento das urgências pediátricas no período noturno do Hospital Garcia de Orta» e «sobre encerramento de serviços, falta de profissionais em instituições do SNS e medidas necessárias para combater estas situações».

---

#### 1. Discussão e votação das grelhas de tempos para as audições do Governo, regimentais e a requerimento

Foram aprovadas as grelhas de tempos transitórias para as audições do Governo regimentais e a requerimento, por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do CH.

Ainda neste ponto da Ordem do Dia, a Presidente referiu a disponibilidade da Ministra da Saúde, veiculada pelo Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, em abordar, na audição de hoje, o tema da Covid-19.

Face à disponibilidade da Ministra da Saúde e à ausência de todos, a Deputada Ana Rita Bessa apresentou o [requerimento](#) apresentado pelo CDS-PP no qual se solicita uma audição, com carácter de urgência, da Ministra da Saúde, sobre as medidas anunciadas para combater a Covid-19. O requerimento foi aprovado por unanimidade, com a ausência do PCP e do CH.

A Presidente informou que se usará a grelha agora aprovada, nas duas audições. O Deputado Álvaro Almeida questionou sobre a ordem das audições e a Deputada Hortense Martins sugeriu que a Ministra, na segunda ronda, responda em bloco às questões colocadas. Colocadas as questões à votação, foi aprovada por unanimidade, com ausência do CH, a grelha com a resposta em conjunto às questões colocadas na



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL

segunda ronda, não se realizando a 3.ª ronda, e começando as audições pelo tema da Covid-19.

#### 2.1 Audição da Ministra da Saúde, requerida pelo CDS-PP «sobre as novas medidas que foram anunciadas e sobre a sua eventual eficácia caso se confirme casos de Covid-19 no nosso país».

A Deputada Ana Rita Bessa agradeceu a disponibilidade da Ministra para prestar os esclarecimentos sobre este assunto no dia de hoje e começou por fazer uma nota prévia enfatizando que não se pretende alarmar ninguém, apenas esclarecer. A Deputada questionou a Ministra da Saúde sobre as medidas que, na opinião do CDS-PP, o Governo devia ter implementado e não implementou, nomeadamente o controlo dos passageiros vindos de países já afetados, por exemplo, o seu controlo térmico. Pediu, ainda, esclarecimentos sobre a deficiente informação dada aos profissionais de saúde sobre a Covid-19 e a necessidade de reajustar o sítio da DGS, porquanto é necessário procurar durante algum tempo a informação sobre a Covid-19.

A Ministra da Saúde referiu que apenas Itália introduziu o método do controlo das temperaturas, porquanto a temperatura é apenas um indício e é facilmente mascarada. O Governo seguiu as recomendações do Conselho de Ministros da Saúde da União Europeia. Lembrou que todas as decisões do Governo são tomadas com base na evidência médica e científica, em coordenação com todas as entidades envolvidas e tendo sempre em conta a proporcionalidade, transparência e frontalidade na comunicação. Lembrou que, desde o início, foram controlados os voos vindos da China e de Itália. A Ministra explicou o que está a ser feito no que concerne à informação aos profissionais de saúde.

A Deputada Hortense Martins agradeceu à Ministra a disponibilidade em prestar esclarecimentos sobre a Covid-19. Começou por dizer que o SNS está a responder de forma adequada. Falou do Plano de Contingência que está a ser executado, questionou sobre o que está a ser feito e o que está a ser planeado. Questionou, ainda, a Ministra sobre o reforço da Linha Saúde24.

A Ministra da Saúde explicou como atuam os hospitais de 1.ª e de 2.ª linha e os laboratórios. Referiu que os guias de procedimentos são os que constam no sítio da DGS e que o Plano de Contingência é um documento dinâmico face às características



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL

do surto em causa. Falou, também, das competências do Governo no que concerne às Regiões Autónomas.

O Deputado Ricardo Batista Leite começou por agradecer aos profissionais de saúde e por referir que o PSD está inteiramente disponível para contribuir para a luta contra este surto. O Deputado aludiu à OMS, que referiu que estamos perante uma ameaça global, sendo que, três meses depois, existem falhas na comunicação, não há coordenação com os partidos políticos, nem com as lideranças. O Deputado questionou se os hospitais estão preparados, pois este vírus é mais grave que o vírus da gripe sazonal e há contágio apesar da ausência de sintomas. Disse que o isolamento imediato é a única medida eficaz e tal procedimento não esta a ser levado a cabo. Solicitou esclarecimentos sobre a falta de formação dos profissionais de saúde que estão no atendimento da Linha Saúde24, sobre a falta de material de proteção individual nas unidades de cuidados primários, bem como a falta de informação dos profissionais de saúde. Por fim, questionou a Ministra da Saúde sobre os níveis do Plano de Contingência: fraco, moderado e grave; sobre a obrigatoriedade de quarentena, sobre os eventos em massa e sobre os estabelecimentos de saúde privados.

A Ministra da Saúde explicou que tem havido coordenação política ao nível da União Europeia, das Agências Técnicas e outras áreas governamentais. No que concerne aos eventos em massa, as recomendações são a que constam na Orientação 0.6 publicada no sítio da DGS. A Ministra da Saúde referiu que a Linha Saúde24, por duas vezes, sofreu alguns constrangimentos por força do entupimento das chamadas recebidas, o que levou a um reforço dos profissionais de saúde no atendimento, bem como na Linha de Apoio do Médico. No que diz respeito à informação dos profissionais de saúde, a Ministra mencionou que as hierarquias técnicas existentes servem, também, para a transmissão de informação, sendo que existe sempre a discussão de casos em equipa. Por fim, em relação à quarentena, a Ministra aludiu à Lei n.º 81/2009, de 21 de agosto que prevê um mecanismo que permite, em caso de necessidade, assegurar a quarentena.

O Deputado Moisés Ferreira começou por sublinhar que é necessário agir com serenidade e eficácia. Questionou a Ministra da Saúde sobre os canais de transmissão da informação sobre o surto da Covid-19, sobre as medidas de contenção para evitar cadeias de transmissão, porquanto dois casos identificados foram importados, sobre



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL

que medidas foram tomadas para reforçar o SNS para responder a este surto, nomeadamente no que diz respeito a recursos humanos, reforço da Linha Saúde24, INEM, bem como medicamentos e outros equipamentos.

A Ministra da Saúde referiu que estão a ser preparadas campanhas informativas para públicos diferentes, bem como um reforço nos canais disponíveis. Explicou que todos os casos estão a ser acompanhados e se está a monitorizar as pessoas que possam ter contactado com as pessoas infetadas. Mencionou que foi efetuado um reforço de material e equipamentos através de um despacho formalizado hoje para acautelar aspetos de financiamento e que estão a ser realizadas reuniões para se reforçar a Linha de Saúde24 e o INEM.

A Deputada Paula Santos iniciou a sua intervenção apelando a que não deve haver pânico, nem alarmismo. Referiu que é necessário capacitar o SNS dos meios para reagir, mobilizar pessoal, camas, material, medicamentos, meios de transporte e material de proteção individual para os profissionais de saúde. Disse, ainda, que é necessário assegurar os cuidados de saúde do dia-a-dia que não sejam relacionados com este surto. Apelou a que fossem tomadas medidas excecionais de contratação de pessoal, mobilização de equipas, articulação com o Laboratório Militar, com os Bombeiros, com as Escolas e com os Equipamentos Sociais.

A Ministra da Saúde voltou a referir o despacho que autoriza a aquisição de medicamentos, dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual em mais 20%, assegurando assim o *stock* de segurança e referiu as reuniões que têm sido feitas com a Proteção Civil.

O Secretário de Estado da Saúde António Sales esclareceu que haverá um reforço de contratação de profissionais de saúde e tem havido uma articulação em pirâmide: local, regional e nacional. Referiu, ainda, que a articulação com os Bombeiros e INEM é um processo dinâmico que está em curso.

A Deputada Inês Sousa Real começou por dizer que não deve existir alarmismo social, mas é necessário prevenir. Solicitou esclarecimentos à Ministra da Saúde sobre a informação veiculada pela DGS, nomeadamente sobre os boletins informativos, sobre a monitorização do Plano de Contingência, que considerou insuficiente, sobre a ausência de controlo fronteiriço, sobre as falhas da Linha de apoio ao médico, sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, sobre a possibilidade de envio de



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL

mensagens a todos os portugueses e sobre o tempo de reação do SNS (tempo médio).

A Ministra da Saúde sublinhou que o tempo de preparação deste vírus foi muito curto (surgiu em dezembro de 2019). Aludiu que existe uma comunicação e cooperação com os diversos ministérios, sendo que as várias orientações cobrem quase todas as áreas. Referiu, ainda, que existem recomendações para os portos, aeroportos, empresas e grandes espaços.

O Deputado André Ventura pediu esclarecimentos sobre a falta de informação em geral, sobre as insuficiências da Linha Saúde24, sobre as informações prestadas pela DGS, que questiona, sobre a quarentena obrigatória (Lei n.º 81/2009, de 21 de agosto e artigo 27.º, da CRP) e sobre as medidas que serão tomadas para responder, nomeadamente, à quebra da Bolsa.

A Ministra da Saúde sublinhou que mantém toda a confiança na DGS, referiu que o quadro legal é difícil para assegurar a quarentena obrigatória, sendo necessário apelar à Base 34 da Lei de Bases da Saúde, tendo de ser uma medida proporcional. Mencionou que foi de louvar a colaboração dos cidadãos que regressaram a Portugal da zona afetada ao voluntariamente terem ficado em quarentena. No que concerne à economia, referiu que a primeira preocupação é ao nível da saúde, sendo que a atuação tem de se pautar pela proporcionalidade de modo a não prejudicar o que pode ser evitado.

Na segunda ronda solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Hortense Martins, Ricardo Batista Leite, Moisés Ferreira, Paula Santos, Ana Rita Bessa, Inês Sousa Real e André Ventura que foram prestados, em bloco, pela Ministra da Saúde.

2.2 Audição da Ministra da Saúde, requerida pelo PSD, pelo PCP e pelo BE, respetivamente, «a propósito da degradação das condições de funcionamento dos hospitais do SNS, como por exemplo na urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta», «sobre o encerramento das urgências pediátricas no período noturno do Hospital Garcia de Orta» e «sobre encerramento de serviços, falta de profissionais em instituições do SNS e medidas necessárias para combater estas situações».

O Deputado Nuno Carvalho apresentou o [requerimento](#) do PSD, que requereu a audição da Ministra da Saúde a propósito da degradação das condições de funcionamento dos hospitais do SNS, enfatizando o facto das urgências ainda não



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL

terem sido reabertas no período noturno e do aviso do reforço das USF não ter sido efetuado atempadamente.

A Ministra da Saúde esclareceu que, por falta de recursos humanos especializados em pediatria, foram abertas vagas que não foram preenchidas. Referiu-se ainda à especificidade do modelo de organização interna do HGO, ao problema nacional do número de pediatras ser inferior ao que o país necessita, ao facto de 73% dos episódios de urgências pediátricas do HGO serem verdes e azuis, podendo, por isso, ser atendidos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários. Por fim referiu não saber precisar qual a antecedência do aviso.

A Deputada Paula Santos apresentou o [requerimento](#) do PCP que requereu a audição da Ministra da Saúde sobre o encerramento das urgências pediátricas no período noturno no Hospital Garcia de Horta, tendo referido que o problema não é novo, tendo questionado a Ministra da Saúde sobre as medidas tomadas, sobre a data para a abertura faseada, sobre a razão da desmotivação dos profissionais de saúde que leva a que abandonem o SNS, sobre a necessidade do reforço dos cuidados primários de saúde para acabar com as falsas urgências e sobre a insuficiência do alargamento dos horários de atendimento das Unidades de Cuidados de Saúde Primários.

A Ministra da Saúde referiu que foram tomadas medidas, mas que não foram suficientes, que existem condições para reabrir, de forma faseada, as urgências pediátricas no período noturno em abril, pois foram contratados dois profissionais de pediatria e uma empresa prestadora de serviços vai garantir o funcionamento das sextas, sábados e domingos, numa segunda fase. Sublinhou que são necessários mais cinco pediatras, tendo sido abertas vagas na segunda época, sendo que, se não forem preenchidas, o HGO pode proceder à contratação diretamente. Por fim disse que o HGO tem uma nova direção de serviço que está a contactar os hospitais de Lisboa para tentar encontrar uma solução.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento](#) do BE que requereu a audição da Ministra da Saúde sobre o encerramento de serviços, falta de profissionais em instituições do SNS e medidas para combater estas situações, tendo questionado a Ministra sobre o que pode o SNS fazer para captar e fixar os profissionais de saúde, sobre como estão as negociações com os sindicatos dos médicos para a revisão da carreira médica e se a dedicação exclusiva é uma solução, sobre a capacidade formativa e sobre quantos concursos abriram para progressão na carreira médica.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL

A Ministra da Saúde referiu que faltam profissionais de saúde no SNS, em especial em determinadas áreas, sendo que os números que constam na Ordem dos Médicos são relativos aos profissionais inscritos e não os que estão efetivamente a exercer atividade. Explicou que estão em curso, desde 2015, um conjunto de diligências que visam a melhoria das condições de trabalho, nomeadamente a reposição dos cortes salariais, a majoração do trabalho suplementar, a abertura de concursos para assistente graduado e graduado sénior. Prestou ainda esclarecimentos sobre as USF e os Centros de Responsabilidades Integradas e a questão da dedicação plena e Serviço de Urgência.

O Deputado Filipe Pacheco fez um enquadramento do contexto nacional, tendo mencionado um novo ciclo que começou na legislatura anterior e que foi reforçado com o Orçamento do Estado para 2020, o reforço dos profissionais de saúde no HGO desde 2015 e a abertura de vagas e o alargamento dos horários das USF. Referiu que, apesar de tudo o que tem sido feito, continua a existir um problema, porquanto as urgências pediátricas ainda não reabriram no período noturno. Questionou a Ministra da Saúde sobre a data da reabertura, se existe garantia de recurso a prestadores de serviço, se o eventual preenchimento das vagas da especialidade é a resolução definitiva do problema e se o alargamento dos horários de atendimento das USF não devia ser permanente.

A Ministra voltou a referir que uma empresa prestadora de serviços vai garantir o funcionamento às sextas, sábados e domingos, sendo que estão a ser encontradas soluções combinadas de resposta interna para assegurar os outros dias da semana, informando, ainda, que deverão prestar serviço no HGO seis especialistas de hospitais de Lisboa. Mencionou ainda a questão das idades dos médicos que estão dispensados total ou parcialmente de fazer serviço de urgência e que a resolução definitiva do problema passa pela contratação de cinco pediatras.

A Deputada Ana Rita Bessa referiu a existência de vários problemas no HGO mesmo no que concerne a outras especialidades, tendo elencado alguns casos. Questionou a Ministra da Saúde sobre o que é necessário fazer para captar e fixar os profissionais de saúde no SNS, sobre se o encerramento das urgências pediátricas no período noturno era a única opção, nomeadamente tendo presente que em Lisboa existem três hospitais com urgências pediátricas abertas 24 horas, sobre a gestão da informação



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL

por parte da Presidente da Câmara de Almada e sobre as medidas que irão ser tomadas a prazo.

A Ministra da Saúde salientou que é à ARS de Lisboa e Vale do Tejo que cabe a gestão e não ao Ministério da Saúde, que existem regras que se prendem com a deslocação e não deslocação de profissionais e que a faixa etária dos médicos, porquanto a demografia médica, não é favorável à prestação de serviço de urgência. Referiu que o Hospital São Francisco Xavier e o Hospital D. Estefânia estão a articular. Por fim, aludiu às recomendações técnicas do Grupo de Trabalho que fez a análise da situação, bem como às reuniões com as autarquias, comissões de utentes, INEM, HGO, ARS-LVT e Direção Executiva do AGS do Seixal.

A Deputada Cristina Rodrigues fez o enquadramento da situação, tendo referido que faltam 15 médicos, sendo que apenas foram abertas 5 vagas. Questionou qual a razão para que os concursos fiquem desertos, sobre as retribuições dos profissionais de saúde, sobre as obras no HGO, sobre o trabalho suplementar excessivo, sobre a falta de médicos em outras especialidades, sobre o Hospital do Seixal, sobre o Hospital S. Bernardo e sobre o prazo da normalização das urgências no HGO.

A Ministra da Saúde referiu que, em 2020, há a expectativa de formação de apenas 50 pediatras a nível nacional e prestou esclarecimentos sobre o trabalho suplementar, sobre os concursos, sobre as vagas abertas e sobre o Hospital do Seixal cuja obra terá início em outubro de 2021 e o prazo de execução é de 21 meses.

O Deputado André Ventura questionou a Ministra da Saúde sobre a data da reabertura das urgências pediátricas e sobre se a decisão do encerramento foi a mais adequada.

A Ministra da Saúde esclareceu que a expectativa da reabertura das urgências pediátricas, no período noturno, seria março de 2020, contudo as vagas não foram preenchidas na 1.ª época, sendo, por isso, necessário recorrer à contratação de serviços externos.

Na segunda ronda solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Filipe Pacheco, Sandra Pereira, Moisés Ferreira, Paula Santos e André Ventura que foram prestados, em bloco, pela Ministra da Saúde.

A reunião foi encerrada às 20:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o vídeo/gravação da audição ser acedido neste [Link](#).





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL**

Palácio de São Bento, 4 de março de 2020.

**A PRESIDENTE**

*Maria Antónia de Almeida Santos*

**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 13/XIV/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Almeida  
Ana Maria Silva  
Ana Rita Bessa  
Anabela Rodrigues  
André Ventura  
Célia Paz  
Cláudia Bento  
Hortense Martins  
Joana Lima  
José Manuel Pureza  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Moisés Ferreira  
Paula Santos  
Paulo Marques  
Pedro Alves  
Ricardo Baptista Leite  
Rui Cristina  
Sandra Pereira  
Sónia Fertuzinhos  
Telma Guerreiro  
Cristina Rodrigues  
Cristóvão Norte  
Fernanda Velez  
Filipe Pacheco  
Helga Correia  
Hugo Patrício Oliveira  
Inês de Sousa Real  
Joana Mortágua  
Marta Freitas  
Nuno Miguel Carvalho  
Sara Velez  
Susana Correia

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Machado  
José Rui Cruz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Maló de Abreu  
Bebiana Cunha